



Manuel Reis Campos

“O trabalho clandestino está cada vez mais acentuado”

São precisos mais 70 mil trabalhadores no setor da construção civil, diz o presidente da Confederação Portuguesa para a Construção e o Imobiliário. As grandes obras públicas previstas vão evidenciar ainda mais a falta de mão de obra

 MARISA ANTUNES

A construção nova e a reabilitação voltaram às cidades, não só em Lisboa e no Porto, mas um pouco por todo o País. Uma dinâmica frenética que está a provocar uma pressão acentuada sobre a oferta de mão de obra, cada vez mais escassa, e que vai agravar-se ainda mais quando arrancarem as grandes obras previstas no Programa Nacional de Investimentos (PNI), orçadas em mais de 21 mil milhões de euros. Segundo contas da Confederação Portuguesa para a Construção e o Imobiliário (CPCI), presidida por Manuel Reis Campos, o setor precisa atualmente de um reforço de, pelo menos, 60 mil trabalhadores. Combater a clandestinidade e recrutar trabalhadores nos PALOP são algumas das medidas que fazem parte da estratégia para tornar as construtoras nacionais mais fortes e competitivas perante a concorrência que pode chegar da vizinha Espanha.

Quantos trabalhadores tem o setor da construção?

Estamos a falar de um setor que tem cerca de 300 mil pessoas, ou 600 mil quando se engloba a construção e a mediação imobiliária.

Qual é atualmente o principal problema do setor?

Temos feito inquéritos aos nossos associados e, hoje em dia, os dois principais problemas identificados são a falta de mão de obra e a concorrência

desleal. Esta traduz-se em trabalho clandestino, que está cada vez mais acentuado.

E houve uma quebra significativa no número de trabalhadores em 2018...

No último trimestre de 2018, a economia portuguesa perdeu 19 800 empregos, dos quais 71% são da construção. Ou seja, estamos a falar de 12 100 postos de trabalho só na construção.

Mas há mais obras em curso, muita reabilitação, além da construção nova que começa a surgir. Como se justifica?

É verdade que a produção cresceu

em 2018 cerca de 3,5 por cento. PA reabilitação urbana cresceu 32,1% em termos homólogos, em relação a outros barómetros que temos. E a crescer a estas duas coisas, temos de referir o consumo de cimento, que aumentou 3,7% até novembro. Portanto, estamos perante uma situação em que se pergunta porque é que há menos trabalhadores no setor da construção se, na verdade, a procura aumentou. Há aqui várias questões: existem trabalhadores que, no período de 2008 a 2013, tinham as suas empresas, mas contavam já uma certa idade e deixaram de trabalhar. Por outro lado, naturalmente que existe emigração para França, Suíça, Reino Unido, Alemanha, etc., ou seja, há trabalhadores que neste momento vão para fora, onde se verifica uma procura maior...

ERA SÓ O QUE FALTAVA QUE AS EMPRESAS ESPANHOLAS VIESSEM AQUI CONCORRER E GANHAR AS GRANDES OBRAS!





É possível saber quantos trabalhadores da construção emigraram?

Não sabemos exatamente quantos foram, até porque há muitos indivíduos que apanham o avião, vão trabalhar e voltam. Isso não é emigração. Mas uma coisa nós sabemos: existe mais trabalho clandestino. O setor não se regulou, as empresas redimensionaram-se, mas não houve regulação no setor.

Como se caracteriza o trabalho clandestino junto das empresas?

Nem sequer é uma questão das empresas... São trabalhadores que, de forma desordenada, sem constituírem empresas, estão neste momento a trabalhar, principalmente, na reabilitação urbana. É uma área em que frequentemente nem é preciso meter projetos na câmara para avançar com a intervenção. Chegamos à obra e encontramos sete, dez pessoas a trabalhar e não é para uma empresa regular ou irregular, são apenas

trabalhadores comandados não se sabe por quem... Este fenómeno está a prejudicar, e muito, o setor. Claro que depois os custos dessa mão de obra descem desordenadamente. Já pedimos ao regulador para verificar quais são as empresas irregulares, que não cumprem a nível de impostos e de Segurança Social dos seus trabalhadores. A instabilidade aumentou muito. Devia haver uma proteção maior às empresas que pagam os seus impostos e têm todos os seus trabalhadores regularizados.

A própria dinâmica de obras que se instalou no mercado é propícia a esse tipo de situação.

Sim, porque não há grandes investimentos públicos. Existem mais obras pequenas, de reabilitação urbana, em que é mais facilitado este tipo de desordem...

E as autarquias não conseguem fiscalizar?

As autarquias não têm condições para o fazer.

O que está a ser feito para controlar a situação?

Neste momento, está a fazer-se algo pelo qual nós sempre pugnámos, que é a revalidação dos alvarás – estão a ser questionadas as empresas e é um processo que vai continuar. Atualmente, há uma fiscalização e uma revalidação dos alvarás, o chamado controlo oficioso, para se perceber quais são as empresas que podem trabalhar corretamente no setor.

Até porque o crescimento do setor não vai abrandar, bem pelo contrário...

Sem dúvida. Por um lado, temos o crescimento das obras públicas através do Programa Nacional de Investimentos (2020-2030), que tem previstos 21,9 mil milhões de euros. Por outro

lado, temos a questão da reabilitação e da construção nova que ganhou outra dinâmica com o crescimento do imobiliário em 2018. Portanto, precisamos de um setor que cumpra corretamente as regras. É fundamental que as questões do trabalho clandestino e da concorrência desleal tenham um fim à vista.

O PNI, que tem previstas grandes obras como os investimentos na Linha do Norte (1 500 milhões de euros), em vários portos, entre os quais o de Sines (€940 milhões) e o de Lisboa (€665 milhões), ou a expansão do Aeroporto de Lisboa (€507 milhões de euros), entre outras...

Precisamente. Como se sabe, a construção de obra pública decresceu nos anos de crise. Agora que há uma nova vaga não só de imobiliário mas de grandes projetos, era só o que faltava que as empresas da Europa, nomeadamente as espanholas, viessem aqui concorrer e ganhar as grandes obras! Claro que existe uma diretiva europeia e as empresas podem concorrer, mas nós temos de ter empresas perfeitamente dimensionadas e ajustadas para estes projetos. É por isso que entendemos que deve haver um consenso político no sentido de se fazerem essas obras. Não estamos a falar de obras partidárias, são antes projetos de que o País precisa para se aproximar da evolução da Europa.

As empresas portuguesas estão preparadas para esta avalanche de obras?

Precisamos que estejam preparadas e dimensionadas. Como se sabe, das 25 maiores empresas em 2010, 2011 ou 2012, mais de metade desapareceu. Depois, existe a tal questão das que saíram de atividade devido à idade avançada dos seus proprietários. E temos ainda, neste momento, 26 mil trabalhadores que estão no fundo de desemprego. No entanto, o setor precisa de cerca de 60 a 70 mil trabalhadores.

Isso tem que ver com o que se paga na construção civil?

Não há ninguém a pagar pelos valores da tabela, toda a gente paga mais. O salário mínimo nacional não faz sentido no nosso setor. Já fez. Queremos mais trabalhadores portugueses e estrangeiros. Aliás, estamos a concertar formas de virem trabalhadores de fora para cá. Vamos trazer pessoas de Angola e de Cabo Verde. ■

visaoimobiliario@visao.pt

